

Música em Contexto

<http://periodicos.unb.br/index.php/Musica>

Representações da música amazônica nos anos de chumbo através do catálogo da exposição Amazônia Brasileira de 1969

Fernando Lacerda Simões Duarte
Universidade Federal do Pará

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7506-5413>
lacerda.lacerda@yahoo.com.br

Duarte, Fernando Lacerda Simões. 2019. “Representações da música amazônica nos anos de chumbo através do catálogo da exposição Amazônia Brasileira de 1969”. *Música em Contexto* 13, no. 1: 55-79. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/Musica/article/view/26587>.

ISSN: 1980-5802

DOI:

Recebido: 22 de fevereiro, 2019.

Aceite: 15 de abril, 2019.

Publicado: 30 de junho, 2019.



Representações da música amazônica nos anos de chumbo através do catálogo da exposição Amazônia Brasileira de 1969

Fernando Lacerda Simões Duarte

Resumo: Neste artigo são abordadas as representações da música da Amazônia, em uma exposição promovida pela Biblioteca Nacional em 1969, no contexto da ditadura militar brasileira. Recorrendo à pesquisa bibliográfica, documental e hemerográfica, busca-se compreender como tais representações se articulam ou não com o projeto de ocupação, integração e defesa da Amazônia que determinou ações desastrosas na região, sobretudo para as populações originárias. Recorre-se às noções de representação, em Chartier, de memória e identidade em Candau e Pollak. O repertório revela uma representação folclorizante e regionalista, com resquícios da *Belle Époque* local, mas também o olhar para o regional a partir da obra de Villa-Lobos. Esta seleção pouco dialoga, contudo, com a música urbana do período ou com a música religiosa, mais integradas ao cenário nacional.

Palavras-chave: Música da Amazônia. Memória, identidade e música. Ditadura militar. Biblioteca Nacional – Brasil. Representações da Amazônia.

Representations of amazon music in the leaden years through the catalog of the exhibition Amazônia Brasileira of 1969

Abstract: In this article are addressed the representations of the music of the Amazon, in an exhibition promoted by the National Library in 1969, in the context of the Brazilian military dictatorship. Using bibliographic, documentary and hemerographic research, it is sought to understand how such representations articulate or not with the project of occupation, integration and defense of the Amazon that determined disastrous actions in the region, especially for the native populations. The concepts of representation in Chartier are used for memory and identity in Candau and Pollak. The repertoire reveals a folklore and regionalist representation, with traces of the local Belle Epoque, but also the look to the regional from the work of Villa-Lobos. This selection lacks dialogue, however, with the urban music of the period or with the religious music, more integrated to the national scene.

Keyword: Music of the Amazon. Memory, identity and music. military dictatorship. National Library – Brazil. Representations of the Amazon.

Representaciones de la música amazónica en los años del plomo a través del catálogo de la exposición Amazônia Brasileira de 1969

Resumen: En este artículo se abordan las representaciones de la música de la Amazonía en una exposición fomentada por la Biblioteca Nacional en 1969 dentro del contexto de la dictadura militar brasileña. A través de la investigación bibliográfica, documental y hemerográfica, se busca comprender cómo tales representaciones se articulan o no con el proyecto de ocupación, integración y defensa de la Amazonía, que determinó acciones desastrosas en la región, sobre todo para las poblaciones originarias. Se recurre a las nociones de representación de Chartier, de memoria e identidad de Candau y Pollak. El repertorio revela una representación folclórica y regionalista, con vestigios de la *Belle Époque* local, pero también la mirada hacia lo regional a partir de la obra de Villa-Lobos. Sin embargo, esta selección poco dialoga con la música urbana de la época o con la música religiosa, más integradas al escenario nacional.

Palabras-clave: Música de la Amazonía. Memoria, identidad y música. Dictadura militar. Biblioteca Nacional – Brasil. Representaciones de la Amazonía.

Introdução

Atendendo a interesses políticos e ideológicos, determinados atores que se encontram hoje no poder têm tentado ressignificar, por meio de discursos revisionistas, a situação política no Brasil entre 1964 e 1985. Assim, torna-se necessário iniciar este artigo reafirmando o que era aparentemente consensual e que a historiografia de bases científicas reiteradamente evidenciou: ter se tratado de uma ditadura. Foi um regime de exceção perpetrado por militares, mas que atendeu também a interesses econômicos de alguns setores da sociedade, com práticas de grilagem institucionalizada e um projeto de desenvolvimento rural em nada semelhante a uma reforma agrária (Prieto 2017). Neste regime autoritário, muitos opositores políticos foram mortos e também parte dos povos originários da Amazônia, por ação ou omissão do Estado brasileiro, sendo notórios os casos de corrupção no então Serviço Nacional do Índio, órgão que antecedeu à FUNAI, conforme atestam as milhares de páginas do *Relatório Figueiredo* de 1967:

[...] o procurador geral Jader de Figueiredo Correia percorreu com sua equipe mais de 16 mil quilômetros, visitando 130 postos indígenas em todo o país. O resultado apresentado pelo procurador em seu Relatório é estarrecedor: matanças de tribos inteiras, torturas e toda sorte de crueldades foram cometidas contra indígenas no país, principalmente pelos grandes proprietários de terras e por agentes do Estado. Figueiredo fez um trabalho de apuração impressionante: incluiu relatos de dezenas de testemunhas, apresentou documentos e identificou cada uma das violações que encontrou – assassinatos de índios, prostituição de índias, sevícias, trabalho

escravo, apropriação e desvio de recursos do patrimônio indígena. Ele também apurou as denúncias sobre a existência de caçadas humanas de indígenas feitas com metralhadoras e dinamite atiradas de aviões, as inoculações propositais de varíola em populações indígenas isoladas e as doações de açúcar misturado a estircina (Starling 2015).

Na ditadura militar brasileira, o discurso baseado em uma noção de progresso, a partir da ocupação, integração e defesa do território amazônico ditava os rumos para a região:

Os militares tinham um projeto de desenvolvimento em grande escala que articulava o programa econômico concebido no IPES [Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais] e as diretrizes de segurança interna desenvolvida pela ESG [Escola Superior de Guerra] e que pretendia realizar a integração completa do território nacional. Isso incluía um ambicioso programa de colonização que implicava no deslocamento de quase um milhão de pessoas com o objetivo de ocupar estrategicamente a região amazônica, não deixar despovoado nenhum espaço do território nacional e tamponar a área de fronteiras. Para seu azar, as populações indígenas estavam posicionadas entre os militares e a realização do maior projeto estratégico de ocupação do território brasileiro. Pagaram um preço altíssimo em dor e quase foram exterminados por isso (Starling 2015).

Nos dias atuais, tal perspectiva em relação à Amazônia se repete, infelizmente, nos discursos políticos, sob argumentos intelectualmente desonestos, que buscam inclusive desacreditar os estudos científicos acerca do fenômeno do aquecimento global¹. Assim, fazem-se necessários e

1 De acordo com Gildo Magalhães (2018, 345), “vem crescendo a compreensão de que as controvérsias são tanto inevitáveis nas ciências quanto

perfeitamente hodiernos, estudos sobre o período ditatorial, nos mais diversos campos do conhecimento, inclusive nas Artes.

Relevantes trabalhos acerca da produção e das práticas musicais no Brasil durante o período da ditadura têm sido produzidos, dos quais seria possível destacar aqueles relativos à canção de protesto, via de resistência ao regime autoritário,

fundamentalmente benéficas. Realçar a história das ciências como história das controvérsias científicas apresenta o máximo interesse porque muitas dessas controvérsias do passado continuam extremamente atuais e, ao mesmo tempo, é um privilégio do conhecimento científico alimentar-se tanto de controvérsias quanto de ortodoxias". Apesar de o tema do aquecimento global ser um dos muitos que são objeto de controvérsias no meio científico, o ministro das relações exteriores afirmou seu posicionamento desqualificando a produção acadêmica que aponta a existência deste efeito climático e a ação humana como sua causa ao qualificá-lo como trama marxista que resultou em uma "ideologia da mudança climática" (Di Cunto, Araújo e Freitas 2018). O argumento da ideologia tem sido reiteradamente utilizado por integrantes do Poder Executivo e entusiastas do presidente do Brasil a fim de desqualificar previamente qualquer argumento que lhes seja desfavorável. Em declaração mais recente e confusa, o referido chanceler, Ernesto Araújo, relacionou a temperatura do asfalto próxima aos termômetros à constatação do aquecimento global (Marin 2019). Outro fator que desperta atenção é o fato de o chefe do Poder Executivo brasileiro ter proposto ao presidente dos Estados Unidos a exploração da Amazônia em uma ação conjunta dos dois países (Deutsche Welle 2019). afirmou Bolsonaro: "Quando estive agora com Trump, conversei com ele que quero abrir para ele explorar a região amazônica em parceria. Como está, nós vamos perder a Amazônia, aquela área é vital para o mundo". Ademais, o atual governo tem se empenhado em enfraquecer o Ministério do Meio Ambiente, revisar as Unidades de Conservação, flexibilizar das leis ambientais, dentre diversas outras ações que têm posto em risco os esforços de conservação dos distintos biomas brasileiros (Trigueiro 2019). O resultado de todas estas ações já pode ser observado na Amazônia: um recorde de desmatamento no mês de maio de 2019, se comparado aos dois anos anteriores (Watts 2019).

desenvolvidos por Vanda Bellard Freire e Erika Augusto (2014), bem como os trabalhos de Tânia Garcia (2006; 2013), que aproximam a produção brasileira da *Nueva Canción* latinoamericana. Também nos propusemos a lançar um olhar para os impactos do movimento da canção de protesto no repertório litúrgico católico posterior ao Concílio Vaticano II (1962-1965), sobretudo em razão da Teologia da Libertação, que se difundira na Igreja Católica na América Latina nesse período (Duarte 2014).

Neste trabalho, buscamos enfocar as representações da música e da identidade da Amazônia a partir de organismos oficiais, mais especificamente da Biblioteca Nacional, que organizou, em 1969, uma exposição bibliográfica intitulada *Amazônia Brasileira* (Biblioteca Nacional 1969), cujo catálogo localizamos por meio de pesquisa documental *online*. Dentre os diversos tipos de materiais bibliográficos pertencentes à Biblioteca e a coleções particulares, foram expostos também alguns que representassem a produção musical da região. Sendo hoje inviável o acesso à Divisão de Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca Nacional, em razão da reforma das instalações do prédio que a abriga, recorreremos à pesquisa documental *in loco* no Acervo Vicente Salles, recolhido à Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará – uma das fontes de parte dos documentos musicográficos expostos –, a fim de mais bem compreender qual era esta representação da Amazônia, através de sua música, e como tal representação se articulava ou não com o contexto das políticas ditatoriais para a região à época.

Foram formulados, então, os seguintes problemas: quais as representações da música na Amazônia reveladas no catálogo

da exposição Amazônia Brasileira de 1969? Quais autores, obras, estilos musicais e período foram selecionados? Havia uma correspondência com as práticas musicais do período ou apenas a música do passado foi representada? E finalmente, como as informações contidas em tal catálogo corroboram ou questionam as políticas de Estado para a região amazônica no período da ditadura militar no Brasil? Para tentar respondê-los, lançamos mão do procedimento bibliográfico, da pesquisa hemerográfica, da pesquisa documental em ambiente digital e arquivística *in loco*.

A análise dos dados obtidos se baseia, inicialmente, na noção de representação, de Roger Chartier, segundo a qual é possível ver uma coisa ausente, “o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado” ou estabelece uma relação simbólica entre um signo visível e o referente por ele significado, “o que não quer dizer que” esta relação “seja necessariamente estável e unívoca” (Chartier 2002, 20). A representação da música amazônica em fins da década de 1960 não necessariamente retratava a realidade das práticas musicais do período. Dados sobre a música popular urbana praticada no período em Belém – que é anterior ao advento da guitarrada e da lambada – foram obtidos principalmente através da dissertação de Tony Leão da Costa (2008). Longe da música urbana de características internacionais, própria dos anos 1960 – *rock*, *twist* e outros gêneros –, observa-se, na seleção de partituras para a exposição da Biblioteca Nacional, a busca por uma memória regionalista, mais conveniente, no sentido de reafirmar uma identidade local. Acerca da relação entre música, memória e identidade coletiva, cabe lembrar que:

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias (Pollak 1989, 3).

A relação que se estabelece entre memória e identidade também não é unívoca, tampouco tem a pretensa objetividade da história, mas atua, portanto, no sentido de legitimar opções por determinadas identidades.

Quando opera a memória, o acontecimento rememorado está sempre em relação estreita com o presente do narrador, quer dizer, com o tempo de instância da palavra, enquanto na enunciação histórica é o acontecimento que constitui o marco temporal pelo sujeito da enunciação (quer dizer, o historiador) (Candau 2011, 101).

Neste sentido, toda tradição é, em certa medida, inventada, como apontou Joël Candau (2011), para quem as identidades fortes – tais como a nacional e a religiosa – se baseavam em grandes memórias organizadoras capazes de sustentá-las. Acerca deste caráter teleológico da memória eleita em determinadas situações históricas, faz-se fundamental ter em conta o que observou Michael Pollak:

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do

passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum (Pollak 1989, 9).

Para proceder ao presente estudo, parte-se da visão estabelecida sobre a Amazônia no período ditatorial no Brasil e o modo como esta visão permeou a organização da exposição *Amazônia Brasileira* da Biblioteca Nacional. Passa-se a uma visão geral do catálogo da exposição para chegar-se, por fim, à música representada na exposição, especialmente aos documentos musicográficos do Acervo Vicente Salles.

1. A Amazônia na perspectiva da ditadura e no tempo presente

O texto de apresentação da exposição foi redigido por Artur César Ferreira Reis, presidente do Conselho Federal de Cultura à época. Nele, é possível perceber o delineamento da política cujo lema era “integrar para não entregar”, então empreendida pelos militares, sob a alegação de ocupação e defesa do território:

A Amazônia é hoje um dos grandes temas da vida brasileira. Ontem, como hoje, não tem limites o interesse que desperta como área em potencial e natureza ainda por possuir em suas particularidades mais íntimas,

cercada de certo mistério que a rede hidrográfica e a floresta fechada explicam no sensacionalismo que provoca. Hoje, como ontem também, permitindo que sobre o espaço, que representa e constitui, até os tempos que vivemos, uma área por ocupar na densidade demográfica e na ação construtiva social, que desafia capitais, técnicas e humanidades viçosas, ocorram apetites, que uma política objetiva do Estado pode evitar que se transforme em região perigosa no que pode resultar para a segurança nacional (Biblioteca Nacional 1969, 10).

Sem considerar que os marcadores demográficos relativamente baixos da área eram um fator positivo em termos de preservação do patrimônio natural brasileiro e mundial, Ferreira Reis chega a lançar questionamentos sobre até mesmo a existência de cultura, por ele possivelmente entendida como a questionável noção de “alta cultura”. Desconsiderava, portanto, a diversidade cultural não apenas dos povos originários – que foram abordados como “grupos em decadência”, eximindo os colonizadores europeus de todo o processo de profunda violência contra eles –, mas também das populações urbanas e ribeirinhas:

Cientistas nacionais e estrangeiros, viajantes, artistas, homens de Estado, toda uma esplêndida [sic] gama do espírito, do período colonial do processo de formação brasileira aos tempos atuais, nos vários campos em que se definiram, tentaram o conhecimento real do que a Amazônia pode representar. Suas populações indígenas, encontradas pelo europeu, seriam grupos em decadência, tendo constituído, em passado distante, frentes pioneiras das civilizações andinas, ou na verdade não teriam ultrapassado a fase tribal do aglomerado, em suas formas mais primárias institucionais? Os elementos materiais e espirituais da cultura que realizaram possuem, efetivamente, aqueles requisitos de perfeição, de beleza, que

possam indicá-los como expressões positivas de um estado de civilização ponderável? O homem de hoje, no atrevimento continuado de sua presença e de sua permanência, enfrentando, a certos aspectos desarmado, a natureza agressiva, quase hostil na brutalidade de suas formas violentas, exteriores, constituirá com a sua decisão, um exemplar autêntico do homem brasileiro na teimosia de criar a civilização brasileira? O meio físico nos seus quadros multiformes, de terras pobres e terras ricas, terras novas e terras velhas, autorizará a maturidade nacional na conquista que promover para um êxito que não seja passageiro, episódico, nas emprêsas resultantes de um domínio exercido consciente e em profundidade? A Amazônia permitirá a habitabilidade que não se restrinja a fugidio trânsito do ser humano, incapaz, pelos rigores locais, daquela permanência, necessária para o sucesso que se deseja? Enfim, logro, mera expressão exótica de geografia ou ainda mesmo vazio onde promover-se a demonstração de nosso potencial de cultura e fundamento da grandeza nacional? (Biblioteca Nacional 1969, 10-11).

Sem apontar respostas definitivas à última questão, tal resposta aparece no modo como é selecionado o acervo bibliográfico e o repertório musical – que se verá mais adiante –, construindo assim uma narrativa sobre a Amazônia. Esta narrativa haveria de servir a propósitos oficiais, ao ser disponibilizada aos “homens de governo”, a quem cabia determinar a genocida política que efetivamente se desenrolou nos vinte e um anos que separam o Golpe de 1964 da retomada da democracia:

O “Catálogo” não é apenas o registro fiel do que se reuniu para a exposição e vai do livro, do jornal, das revistas, dos manuscritos, das cartas geográficas, fotografias, peças de artesanato indígenas com que a Biblioteca objetivou divulgar, em grande estilo, a geografia, a história, o processo cultural, a economia, as características mais expressivas dos usos e costumes da grande

Amazônia, integrada pelos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Territórios Federais de Rondonia, Roraima e Amapá. Não é apenas um registro fiel de exposição, mas um instrumento utilíssimo, para que estudantes, professores, jornalistas, pesquisadores de toda natureza, homens de governo, tenham, em suas mãos e sob suas vistas, o mundo amazônico sem a mistificação da reportagem sensacionalista, mas no realismo severo do que ela representa (Biblioteca Nacional 1969, 11).

De modo muito semelhante aos dias atuais, o papel dos veículos de comunicação também era posto em descrédito pelos agentes do Estado: se o atual ministro das Relações Exteriores, Ernesto Fraga Araújo, parece considerar o aquecimento global uma trama, dentro de um grande plano de globalização comandado pelo “marxismo cultural” (Gonzalez 2018), e coloca em descrédito toda a produção científica acerca dos impactos do desmatamento que é amplamente noticiada nos meios de comunicação², também a estratégia do descrédito se revela à época, nos argumentos de Ferreira Reis. Na prática, o resultado do avanço do desmatamento que foi impulsionado pelo “integrar para não entregar” – ainda que tenha representado uma entrega nada aleatória para ocupação pelo agronegócio – é de difícilíssima superação até o presente:

Desde a ditadura civil-militar na década de 1960, e até os dias atuais, o poder público incentiva e subsidia a expansão econômica sobre o bioma amazônico, especialmente da pecuária bovina, com baixíssimo questionamento e resistência da opinião pública brasileira. O desmatamento prossegue como sinonímia de progresso. Mesmo a abertura democrática, as novas leis

2 A este respeito, é recomendável a leitura da análise de mídia *Imprensa e Desmatamento na Amazônia* (2013), que se ocupou da ampla veiculação do tema em meios de comunicação de massa entre 2007 e 2012.

ambientais, a maior capacidade de fiscalização, o monitoramento de satélite, a atuação da sociedade civil organizada, o Ministério Público e o surgimento de novos meios de comunicação não foram suficientes para coibir o desmatamento e a invasão de terras públicas, inclusive territórios indígenas, quilombolas e unidades de conservação (Meirelles Filho 2004, 222).

É necessário lembrar ainda que os primeiros conflitos fundiários registrados na região remetem à década de 1960, como resultado da política de ocupação do território (Imprensa e Desmatamento na Amazônia 2013, 17-18). As sucessivas declarações do atual presidente da República, muitas delas dadas ainda quando deputado, em desfavor dos povos originários e de quilombolas, bem como seus recentes posicionamentos acerca da exploração econômica da Amazônia e do que denomina “indústria de demarcação de terras indígenas” podem ser exemplificadas no trecho que segue:

“Se você estudar um pouquinho, com todo respeito a você [se referindo ao repórter que fez a pergunta], com essa indústria de demarcação de terras indígenas, que nasceu lá atrás, depois que o [João] Figueiredo (1979-1985) deixou a presidência, pode, mais cedo ou mais tarde, nós perdermos a Amazônia, porque novos países poderão passar a existir aqui dentro do Brasil”, afirmou [Jair Bolsonaro] (Canofre 2019).

A sugestão de que o modelo vigente ao tempo da ditadura era o mais adequado fica evidente no discurso, ainda que as atrocidades perpetradas contra indígenas durante o regime militar sejam hoje conhecidas e documentadas. Ademais, um recente discurso acerca de um eventual excludente de ilicitude para proprietários rurais que atirem contra supostos invasores de suas propriedades (Frazão, Porto e Carvalho 2019) só tende a agravar a crise na

região amazônica, que tem um histórico reconhecido de violência em relação a movimentos sociais. Ainda que seja sabido que o direito à propriedade é relativo, não devendo estar acima do direito à vida, tampouco de uma função social, fato é que o simples discurso de um chefe de Estado pode servir como elemento propulsor para mais episódios de violência. Finalmente, um recente projeto de lei de um deputado federal que visa revogar a “reserva legal” – porcentagem mínima de vegetação nativa em propriedades rurais, que na Amazônia é de 80% – sob a alegação de, mais uma vez, garantir o direito constitucional da propriedade como se absoluto fosse (Chiaretti 2019). Assim, o presente revela o risco crescente de um cenário de devastação da região amazônica, tal qual o foi sob o governo imposto pelos militares. Retomando os velhos argumentos do “integrar para não entregar”, o atual governo anda na contramão dos estudos científicos, tal como a necessidade de ações conjuntas com outros países cujos territórios também abrigam parte da Amazônia. Em sua obra acerca do progresso como ideologia, escreve Gilberto Dupas:

Thomas Lovejoy (2005), um dos mais importantes especialistas em florestas tropicais e biodiversidade, lembra que a Amazônia é um sistema ecológico que se estende por todos os países que compõem a bacia, e que só articulado num sistema transnacional regional ele poderá ter alguma chance de ser gerenciado com êxito. [...] Os índices de desmatamento continuam muito altos. A cada ano, o ciclo se aproxima mais do ponto máximo de devastação. O ressecamento e a maior vulnerabilidade ao fogo sugerem que estamos nos aproximando dele. Mesmo que soubéssemos onde, exatamente, esse ponto se localiza, é óbvio que seria perigoso demais chegarmos perto dele; e, infelizmente, é o que se está

fazendo: num voo cego rumo a um eventual abismo (Dupas 2012, 245).

Nos estudos acerca da memória coletiva, fica evidente que as memórias retomadas não são fruto de simples acaso ou fatalidade condicionante desse passado, mas de opções conscientes compartilhadas – parcial ou integralmente – nos sistemas sociais de modo a legitimar opções identitárias no presente (Candau 2011; Pollak 1989). A opção do atual governo brasileiro pelo resgate das memórias da ditadura militar também serve a interesses bastante hodiernos, que visam legitimar as propostas políticas atuais, ainda que a história aponte para resultados desastrosos no passado.

A oposição a um suposto “marxismo cultural” que permeia o discurso de integrantes do Poder Executivo federal também remete ao antigo discurso de oposição aos comunistas, que pode ser percebido, por exemplo, na mesma edição de um periódico que anunciava a exposição *Amazônia Brasileira* da Biblioteca Nacional na edição de 7 de novembro de 1969 do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, cuja principal matéria era “Igreja Investiga Ligação dos Padres com [Carlos] Marighela” (*Diário de Notícias* 1969, 1), morto três dias antes. A dúbia relação entre a Igreja Católica, em princípio, de apoio ao golpe, pela aversão ao Comunismo que imprimiu marca a muitos pontificados no século XX (Duffy 1998), e posteriormente de oposição à ditadura tem sido objeto de diversos estudos no campo da história eclesiástica, dos quais é possível destacar a obra de Paulo César Gomes (2014), *Os bispos católicos e a ditadura militar*. No livro são abordados documentos relativos a uma teia nacional de espionagem dos bispos católicos por parte dos governos militares, em razão da oposição que tais clérigos passaram a

apresentar ao regime político. Hoje, apesar de todas as mudanças no cenário político e religioso nacional – com um expressivo crescimento das religiões evangélicas –, o clero católico volta a ser motivo de preocupação para o poder civil, justamente em razão de um Sínodo sobre a Amazônia, que segundo um integrante do governo federal, seria um “assunto interno do Brasil” (AFP 2019).

De volta à divulgação da exposição, é possível afirmar ter sido discreta, figurando quase sempre em anúncios de no máximo dois parágrafos, no *Jornal do Brasil* (O que há para ver 1969), no *Diário do Brasil* (1969) e em *O Jornal* (1969), todos de circulação no Rio de Janeiro. Transcreve-se aqui o anúncio mais extenso encontrado, no qual há uma clara apologia à noção de progresso decorrente da ação do Governo Federal:

AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Biblioteca Nacional, pela sua Divisão de Publicações e Divulgação, vai inaugurar a 2 de dezembro, às 17 horas, uma grande Exposição bibliográfica sôbre a Amazônia Brasileira, em que serão apresentadas obras raras e valiosas de seu acervo, focalizando a história, a geografia e a economia da mais fascinante região do País.

A mostra pretende chamar a atenção do público, em termos culturais, para a importância do grande vale, cujo desenvolvimento o atual Govêrno tem proporcionado todos os estímulos disponíveis para sua integração no esforço comum de recuperação nacional (Amazônia Brasileira 1969, 3).

O alinhamento de discursos entre a propaganda veiculada e a apresentação do catálogo da exposição por Artur César Ferreira Reis é bastante evidente, ambos com clara intenção de realizar propaganda das ações do Governo. Assim, apresentada esta

contextualização histórica de Amazônia brasileira e seus possíveis paralelos com o presente, passa-se agora a um olhar abrangente para a seleção que integrava a exposição e a possível narrativa que pode ser observada a partir dela.

2. Um olhar para o acervo de *Amazônia Brasileira*

O primeiro ponto a se destacar, antes de adentrar o catálogo, diz respeito às nuances que é possível observar no tratamento dispensado à cultura pelos governos militares nas mais de duas décadas de ditadura. Longe de ter sido um movimento monolítico:

o exame do período em que os militares estiveram no poder, em particular de 1964 a 1979, evidencia a existência de complexa estratégia de atuação, que pode ter apresentado diferentes nuances ao longo de sua trajetória: ora com características mais repressivas, ora incentivando a indústria cultural, outras vezes criando instituições culturais preocupadas em preservar/consolidar a identidade e a cultura nacionais. Atuação que não pode ser considerada linear ou progressiva, ou mesmo que já estivesse definida a priori [...]. Dessa estratégia tornaram-se evidentes três linhas principais de atuação: 1) a censura a um tipo de produção cultural considerada subversiva e, por outro lado, o incentivo à produção considerada, pelos governantes, “afinada com a tradição e os valores da cultura brasileira”; 2) os investimentos em infraestrutura, principalmente na área de telecomunicações, que favoreceram a consolidação da indústria cultural entre nós; 3) a criação de órgãos governamentais destinados a regulamentar e organizar a produção e a distribuição cultural pelo território brasileiro. Além disso, tais ações deveriam estar em consonância com o projeto de modernização do país (Fernandes 2013, 175).

A proposta da Biblioteca Nacional era no sentido, como já se viu, de propor um olhar alinhado às expectativas do Governo Federal, sem o que fora considerado por Artur Ferreira Reis como sendo sensacionalismo dos meios de comunicação. Em paralelo com o tempo presente, o controle de mecanismos de fomento à Cultura também representam, em certa medida, a maneira encontrada pelo Executivo para buscar alinhar a produção cultural aos seus interesses.

Na exposição de 1969, a narrativa acerca da Amazônia – construída por meio da apresentação de materiais impressos e manuscritos, bem como de objetos tridimensionais – contava com um total de 563 itens, pertencentes, em grande parte, à própria Biblioteca Nacional, mas também alguns oriundos de coleções particulares, como foi o caso de muitas partituras de Vicente Salles. Os quase quinhentos itens foram divididos no catálogo em 16 categorias, quais sejam: (1) Bibliografias e Catálogos, (2) Enciclopédias e Dicionários, (3) Revistas, (4) Jornais, (5) Sociologia, Economia e Política, (6) Legislação, (7) Arqueologia, Etnologia e Folclore, (8) Fauna e Flora, (9) Música, (10) Literatura, (11) Geografia, Viagens, História, (12) Viajantes, (13) Mapas, (14) Biografias, (15) Ilustrações e (16) Objetos típicos da região. Um breve olhar para estes itens permitirá que posteriormente se estabeleçam relações com a música.

Cartografias diversas, bem como a relação das publicações do Museu Paraense Emílio Goeldi constavam da primeira categoria. Nela também figura o *Catálogo geral das publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios*, publicado por este último órgão, que posteriormente se provou ter colaborado

decisivamente no extermínio parcial ou integral de diversos grupos indígenas.

A relação dos periódicos de circulação permite um olhar sistematizado que pode servir de ponto de partida para futuras pesquisas sobre as práticas musicais na região. Foram listadas quatro revistas publicadas no Pará: *Boletim do Museu*

Paraense Emilio Goeldi, *Revista Amazônica*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* e *SUDAM documenta*. Do Amazonas, constam a *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, *Revista Amazonas* e *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*. Dentre os jornais de circulação, a diversidade geográfica e cronológica é ainda maior, conforme se apreende na tabela 1.

Tabela 1 – Lista de jornais de circulação expostos em Amazônia Brasileira (Biblioteca Nacional 1969, 18-19). Os anos de publicação dos jornais foram transcritos sempre que indicados no catálogo.

Local	Datação	Título
AC – Xapuri	1907 (a.1)	Acreano: órgão do Club político 24 de janeiro
AM – Barra do Rio Negro [Manaus]	1854-1863	Estrella do Amazonas
GO – Meia Ponte [Pirenópolis]	1834	A Matutina Meiapontense
MA	1825 (a.1)	O Argos da Lei
MA	1828	A Bandurra
MA	1827-1831	O Farol Maranhense
MT – Cuiabá	1863-1864	O Matto-Grosso
PA	1827	A Voz do Amazonas
PA – Belém	1838 (a.1)	O Sagitário
PA – Santarém	1878 (a.7)	Baixo Amazonas: fôlha política, noticiosa, litterária e commercial

É notória a produção e possível circulação de jornais na região amazônica, ainda no século XIX, cujo termo inicial apreendido na tabela acima – início de *O Argos da Lei* – é de apenas dezesseis anos após o início da publicação de *A Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal impresso em território brasileiro, ainda durante o Império.

A categoria Economia, Sociologia e Política é consideravelmente vasta, com um total de cento e quinze itens. O fato de ocupar mais de vinte por cento do total de itens expostos não é simples coincidência. Nele se encontram os elementos principais para a

construção da narrativa da necessidade de ocupação e defesa do território amazônico, bem como de demonstração do potencial econômico e de possibilidades de expansão da região. *Commércio e navegação da Amazônia e paizes limitrophes*, de 1891; *Relatório sobre o Valle do Amazonas, sua indústria da borracha e outros recursos*, por Charles Edmond Akers, de 1913; *O valle do Amazonas; a livre navegação do Amazonas, estatística, producções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas*, por Aureliano Bastos, de 1937 são exemplos mais clássicos que ilustram a temática. Havia ainda exemplares mais contemporâneos, que mais

bem refletiam as ações e interesses do governo militar à época: *Características agrárias da Amazônia*, por Newton Pires de Azevedo, de 1958; um discurso do superintendente da SUDAM, João Walter de Andrade, proferido em 1968; *Incentivos e vantagens locacionais para a implantação de projetos industriais e agropecuários no Estado do Amazonas*, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas – CODEAMA, em 1969; A SPVEA e o *Exército colonizam a Amazônia*, artigo publicado na *Revista de Engenharia Militar* na década de 1950; *A Amazônia brasileira em foco*, trabalho de 1967, publicado pela Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia; e ainda, *Amazônia, desenvolvimento e ocupação*, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, datado de 1969. Estes três últimos títulos refletem com precisão as políticas de ocupação, integração e exploração econômica vigentes à época.

Ainda no item sobre Economia, Sociologia e Política, chama mais a atenção o trabalho de Arthur Bernardes, publicado em 1951, de título *Internacionalização da Amazônia com o disfarce do Instituto Internacional da Hiléia. Conferência sôbre o Convênio de Iquitos, pronunciada na sede do Clube Militar em 27 de junho de 1951* (Biblioteca Nacional 1969, 20). O fato de o tema do controvertido *International Institute for Hylean Amazon*³ ter sido discutido entre os militares mais de dez anos antes do início da ditadura era sintomático por diversas razões, mas, sobretudo, por ter sido um dentre os fatores⁴

3 Embora tenha sido oficializado na década de 1940, com o objetivo de uma administração compartilhada e internacional da Amazônia, o instituto internacional tinha raízes em projetos existentes já no século XIX (Nunes 2009).

4 Poderiam ser destacadas tentativas de preenchimento do vazio demográfico da região

que resultaria no lema do “integrar para não entregar”. No item seguinte, dedicado à legislação, constam somente cinco itens, dos quais *Operação Amazônia: legislação básica*, de 1968, que sistematizava e oficializava as ações “desenvolvimentistas” à época.

Dos quarenta e dois itens que compõem a seção Arqueologia, Etnologia e Folclore, pelo menos quinze tratam de lendas e do folclore local. Para além do reforço ao caráter de exotismo, que permeia as narrativas de viajantes há séculos, tal valorização pode ser lida como uma narrativa que apresenta a Amazônia como lugar onde as lendas são valorizadas em detrimento do conhecimento técnico e científico, o que justificaria a necessidade de seu progresso. Isto pode ser referendado em títulos como *Vocabulário de credices amazônicas*, de Oswaldo Orico, publicado em 1937 ou *Selvagens amáveis: um antropologista entre os índios Urubus do Brasil*, de Francis Huxley, cuja tradução foi publicada em 1963. Trabalhos sobre povos originários também integram este item, que conforme se observa, é bastante menor que o anterior, que se ocupava da ocupação e exploração econômica do território.

Seguem-se então quinze trabalhos sobre fauna e flora, que se ocupam de mosquitos estudados por Emilio Goeldi no Pará⁵ até

por “imigrantes de regiões superpovoadas, a exemplo de Índia, China e Índia” ou pela instalação de projetos científicos privados, como *Grandes Lagos Amazônicos*, publicado em 1967, por pesquisadores do Hudson Institute. “O projeto, considerado neocolonialista e lesivo aos interesses nacionais pelo Estado-maior das Forças Armadas, idealizava a construção de uma grande barragem no rio Amazonas e um sistema supranacional de barragens na América do Sul” (Nunes 2009, 162).

5 No trabalho de Emilio Goeldi publicado em 1905, há um curioso subtítulo: “Reunião de quatro trabalhos sôbre os mosquitos indígenas, principalmente as espécies que molesta o homem” (Biblioteca Nacional 1969, 38), uma vez que sugere que talvez existissem mosquitos

Hiléia Amazônica, de Gastão Cruls, com 48 reproduções de aquarelas que buscavam retratar aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígenas. A música é o próximo item do catálogo, mas aqui será comentada separadamente. Passa-se então aos trinta e seis volumes relativos à Literatura, dentre os quais encontram-se obras de Abguar Bastos, Raul Bopp, Francisco Galvão – com a obra *Terra de ninguém: romance social do Amazonas*, publicada na década de 1930 – Dalcício Jurandir, Álvaro Botelho Maia, Jarbas Passarinho, Inglês de Souza, Juvenal Tavares e outros.

Cento e sessenta obras passam então a ser apresentadas na maior categoria da exposição, dedicada à Geografia, Viagens e História. A ela pode ser somada ainda, por afinidade de temas, a parte dedicada aos Viajantes, cujas obras produzidas entre os séculos XVI e XX alcançavam cinquenta e três itens na exposição. Do padre jesuíta Cristobal de Acuña, descobrindo o grande rio Amazonas em inícios do século XVI, aos viajantes do século XX, como Theodor Koch-Grünberg ou mesmo o presidente norte-americano, Theodore Roosevelt – passando por Martius, Spix e tantos outros dos séculos anteriores –, é possível observar a profunda relação entre paisagem e memória coletiva, tão profundamente descrita no estudo de Simon Schama (1996) o tratar das florestas, dedicando-se particularmente à Amazônia e à saga do Orenoco. Quanto à geografia, esta foi abordada em seus mais diversos aspectos, físicos e humanos, dando destaque aos rios e sua navegabilidade, enquanto ferramentas de integração. No item dedicado aos viajantes do século XX consta ainda um dos testemunhos dos esforços anteriores de integração da Amazônia ao cenário nacional:

europeus ou civilizados.

Missão Rondon, de 1907 a 1915, artigo publicado em 1916 no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, mais popularmente conhecida como a Comissão Rondon.

No item *Mapas*, a questão dos rios e suas representações prossegue, junto à dos traçados urbanísticos das vilas e cidades da Amazônia, perfazendo um total de quinze itens manuscritos e catorze impressos. Seguem-se então dez biografias, sobre personalidades da região Norte, com dois trabalhos sobre o naturalista soteropolitano Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) que percorreu a Amazônia em fins do século XVIII. Vinte volumes de Ilustrações, entre fotografias e pinturas produzidas entre os séculos XVIII e XX – com maior prevalência daquelas produzidas entre o último quartel dos Oitocentos e primeiro dos Novecentos – integram o penúltimo item do catálogo. O derradeiro é a listagem de “Objetos típicos da Região” (Biblioteca Nacional 1969, 80-81), que constam de catorze itens. Dado o impacto visual que tais objetos muito provavelmente tiveram, em meio a tantos materiais bibliográficos, parece interessante observar a mensagem de rusticidade e necessidade de progresso civilizatório que poderiam representar: dentre outros, foram expostos um cocar de penas, espanador de fibras, vindo do Maranhão, figuras de animais feitas com raspas de guaraná, uma peneira pequena, uma rede de fibra e um tipiti. Há de se observar, contudo, dois itens tridimensionais expostos, que apontariam para a possibilidade de exploração mineral na região: fragmentos de manganês e uma pepita de ouro montada em madeira.

Este breve olhar para o catálogo pode ser sintetizado, portanto, como uma narrativa

que apresenta a Amazônia como território a ser conquistado, e que despertava há séculos o interesse dos colonizadores. Os povos originários são sumariamente descritos através de estudos, mas caracterizados, sobretudo, nas obras destinadas à Arqueologia, reforçando a noção de grupos que já se encontravam “em decadência” quando da chegada do dominador europeu, conforme o discurso de Ferreira Reis na apresentação do catálogo. No plano da cultura, as populações são representadas como num estágio pré-científico, com valorização dos aspectos ligados ao folclore e às lendas. Tal narrativa se revela alinhada, portanto, às políticas de ocupação, integração e desenvolvimento vigentes.

3. A Música em *Amazônia Brasileira*: um olhar sobre o repertório musical

A parte da exposição dedicada à Música englobava um total de trinta e três itens, sendo dois trabalhos de viés teórico ou histórico, *Ensaio sobre música brasileira*, de Mário de Andrade, em sua primeira edição, de 1928, e *Música da Amazônia*, um pequeno texto de Vicente Salles – de duas páginas – publicado em um periódico de título *Amazônia*, em Belém, no ano de 1960 (Oliveto 2007, 127). Havia ainda um disco de vinil *long-playing*, com a obra *Floresta do Amazonas*, de Heitor Villa-Lobos⁶. No que diz respeito ao trabalho de Andrade, pareciam interessar à exposição as partituras, uma vez que se apontava no catálogo que ela continha:

as seguintes partituras de melodias populares da Amazônia: Cará (Marajó) p. 44; Tanguinho do clarinetista (Rio Solimões) p. 45; Chula (Amazônia) p. 72; Cabocla bonita (Amazonas) p. 73; Romance sertanejo (Maranhão) p. 76; Tatú é caboclo do sul (Goiás) p. 77; Chula paroara (Amazônia) (Biblioteca Nacional 1969, 40).

É interessante notar como parecia haver uma associação de Goiás à Amazônia, não apenas ao inserir *Tatú é caboclo do sul* como melodia popular da região, mas também ao relacionar um periódico publicado em Pirenópolis-GO na exposição, conforme se viu na Tabela 1. Os demais trinta itens são partituras, sendo que cada fonte continha, aparentemente⁷, apenas uma obra musical. Quanto às procedências dessas partituras, a maior parte pertencia à coleção particular de Vicente Salles, bem como o artigo de sua autoria e o disco *long-playing*. Apenas treze partituras eram pertencentes à Seção de Música da Biblioteca Nacional⁸. Destas treze, quatro continham obras do carioca Heitor Villa-Lobos (1887-1959), e as demais, registrando obras de compositores manauaras, sendo oito de Arnaldo Rebello (1905-1984), e uma de Áureo Nonato (1921-2004). As partituras que vieram do acervo particular de Vicente de Salles eram, em sua maioria, de compositores paraenses ou que viveram no Pará, à exceção do potiguar Oswaldo de Souza (1904-1995), autor de *Banho de Cheiro*, que tinha bastante proximidade do compositor paraense Waldemar Henrique (Castro 2017, 54). Dentre os paraenses, é possível citar Gentil Puget (1912-1948), Waldemar Henrique (1905-1955)⁹, Henrique Eulálio Gurjão (1834-1885),

6 Não foram encontradas notícias que confirmassem ou afastassem a hipótese de que o disco tenha sido apenas exposto, e não utilizado para sonorização da exposição.

7 Ao menos entre as partituras que foi possível consultar, isto se confirmou.

8 O exemplar de *Ensaio sobre a música brasileira* também pertencia à Biblioteca Nacional.

9 Este compositor tem evidente destaque, com um total de nove obras selecionadas, ao passo que a maioria dos demais teve apenas uma.

Maria de Nazareth Figueiredo¹⁰ e Clemente Ferreira Junior (1864-1917). Há ainda uma obra de José Domingues Brandão (1865-1941), português, de Mancinhata do Vouga que viveu no Pará, e a valsa *As Ondas do Guajará*, de autoria de G. Cornetti, publicada no Pará. A partir de outra partitura que também integra o acervo Vicente Salles – *Dolce Rimpianto!...*, que seria dedicada, segundo a própria fonte, “Ao bello sexo Amazonense” (Cornetto [s.d.], 1) – foi possível chegar ao nome do compositor, Giacomo Cornetto (sem datas e locais de nascimento e morte localizadas), bem como a uma notícia publicada no *Diario Official* do Amazonas de que Cornetto integrara, no ano de 1900, uma banca examinadora de solfejo na Academia Amazonense de Bellas Artes (Noticiario 1900, 18905). Nas tabelas 2 e 3 são apresentadas especificações das partituras que integraram a exposição, separadas conforme a procedência.

A partir das tabelas, é possível observar a prevalência de repertório para piano ou para canto e piano, havendo ainda transcrições para violão de obras de Arnaldo Rebello e partituras orquestrais somente no caso das obras de Heitor Villa-Lobos. Há certa incidência de repertório da *Belle Époque* amazônida, nas valsas de Cornetto e Ferreira Júnior, e no hino de Gurjão. Não se deve perder de vista ainda a riqueza da visualidade das capas dessas partituras, uma vez que se tratava de uma exposição (Fig. 1).



Figura 1 – Capa da partitura de Saracura, de Saracura, de José Domingues Brandão ([s.d.]). Fonte: Acervo Vicente Salles, Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará.

Há ainda canções de uma fase que se poderia chamar de modernista ou nacionalista, em que a produção musical se baseava em motivos musicais populares e/ou em temas folclóricos. Na partitura de *Banho de Cheiro*, do compositor potiguar Oswaldo de Sousa vê-se a busca pela imersão no imaginário paraense, ao descrever sua obra:

Há um mundo de poesia nas crenças ingênuas da gente do norte. O “banho de cheiro”, por exemplo, evidencia-lhes gostosamente o espírito cheio de credices. Característico da note de S. João, no Pará, diz a lenda que, á meia-noite, S. João benze as aguas e o banho nessas aguas, preparado comervas e raizes perfumosas livra do “mau olhado” e da “caipora”, traz fortuna e felicidade no amor! (Sousa [19--], 1).

10 Suas datas de nascimento e morte não foram localizadas, mas sabe-se que viveu como musicista na *Era do Rádio* (quatro primeiras décadas do século XX).

Tabela 2 – Partituras da coleção particular de Vicente Salles que integraram a exposição *Amazônia Brasileira*, de 1969.

Autor	Título	Dados do impresso
José D[omingues] Brandão	Saracura, valsa para piano	[s.l.], [s.n.], [s.d.]
G[iacomo] Cornetti	As ondas do Guajará, valsa	Pará, Editores Alberto Frened & Ca., [s.d.]
Clemente Ferreira Junior	Matintapêrêra, valsa para piano	Pará, R. L. Bittencourt, [s.d.]
Maria de Nazareth Figueiredo	Cidade morena, marcha	[s.l.], [s.n.], [s.d.]
Henrique Gurjão, Letra: João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha	Hymno 15 de agosto	S. Paulo, Campassi & Camin, [s.d.]
Valdemar [sic] Henrique	Boi-Bumbá, batuque amazônico	S. Paulo, Irmãos Vitale, 1937
Valdemar [sic] Henrique	Cobra Grande, canção amazônica	São Paulo, E. S. Mangione, 1936
Valdemar [sic] Henrique	Curupira, canção	S. Paulo, E. S. Mangione, 1945
Valdemar [sic] Henrique, Letra: Antônio Tavernard	Foi bôto, Sinhá; toada amazônica	S. Paulo, E. S. Mangione, [s.d.]
Valdemar [sic] Henrique, Letra: Jorge Hurley	Juriti, canção amazônica para canto e piano	S. Paulo, Irmãos Vitale, 1946
Valdemar [sic] Henrique	Manha-Nungára, canção	S. Paulo, E. S. Mangione, 1945
Valdemar [sic] Henrique	Meu "boi" vai-se embora, canção batuque. Sobre motivos populares de Bumbá em Belém (Pará)	S. Paulo, E.S. Mangione, [1936?]
Valdemar [sic] Henrique	Tamba-Tajá, canção amazônica	S. Paulo, F. S. Mangione, [s.d.]
Valdemar [sic] Henrique	Uirapuru, canção amazônica	S. Paulo, E. S. Mangione, [s.d.]
Gentil Puget	Assai (Asai-yukicé) cena característica do Pará	S. Paulo, E. S. Mangione, 1941
Gentil Puget	Tacacá. Cena característica do Pará, batuque	S. Paulo, E. S. Mangione, 1941
Oswaldo de Sousa [sic]	Banho de cheiro	Rio de Janeiro, Casa Arthur Napoleão, [s.d.]

Tabela 3 – Partituras da Seção de Música da Biblioteca Nacional que integraram a exposição *Amazônia Brasileira*, de 1969.

Autor	Título	Dados do impresso
Mario de Andrade (org.)	Ensaio sobre música brasileira. Obras: Cará (Marajó); Tanguinho do clarinetista (Rio Solimões); Chula (Amazônia); Cabocla bonita (Amazonas); Romance sertanejo (Maranhão); Tatú é caboclo do sul (Goiaz); Chula paroara (Amazônia)	S. Paulo, I. Chiarato & Cia., 1928.
Áureo Nonato	Tarumã, poema-canção	São Paulo, Arquimedes edições, [s.d.]
Arnaldo Rebello	Lundú amazonense. Gravação Sinter por Arnaldo Rebello	Piano. São Paulo, Ricordi [c. 1957]
Arnaldo Rebello	Lundú do Titio Jóca. Motivo do Folclore amazonense. Gravado em discos Corcovado pelo autor.	Piano. São Paulo, Ricordi [c. 1964]
Arnaldo Rebello. Transcrição arranjo de Eduardo Zoéga	Valsa amazônica n. 1 "Evocação de Manaus". Para violão, para guitarra	São Paulo, Ricordi [c. 1965]
Arnaldo Rebello	Valsa amazônica n. 1 (Evocação de Manaus) Piano	São Paulo, Ricordi [c. 1956]
Arnaldo Rebello. Transcrição para violão de F. Célio Monteiro.	Valsa amazônica n. 2 (Vitória Régia) [Violão]. Data da composição: (1922)	São Paulo, Ricordi [c. 1964]
Arnaldo Rebello. Transcrição arranjo de Eduardo Zoéga	Valsa amazônica n. 3 "Lúcia". Para violão	São Paulo [c. 1965]
Arnaldo Rebello	Valsa amazônica n. 3 (Lúcia) Piano. Data da composição: (1921)	São Paulo, Ricordi [c. 1956]
Arnaldo Rebello	Valsa amazônica n. 4 (Coração de ouro) Gravação L. P. Sinter por Arnaldo Rebello. Piano	[São Paulo, Ricordi, c. 1956]
[Heitor] Villa-Lobos	Amazonas: poème symphonique pour grand orchestre	Paris, Ed. Max Eschig [c. 1929]
[Heitor] Villa-Lobos	Amazonas. Redução para piano [Bailado indígena brasileiro]	[s.n.], (Rio de Janeiro, 1917) – [Manuscrito?]
[Heitor] Villa-Lobos	Erosão, erosion, sorimão u Ipirungána. Le soleil et la lune. Les origines de l'amazone, poème symphonique.	Paris, Ed. Max Eschig, [s.d.]
[Heitor] Villa-Lobos	Saudades das selvas brasileiras. Pour piano	Paris, Ed. Max Eschig, [s.d.]

Explicações acerca do folclore da Amazônia também são encontradas nas capas das partituras – algumas das quais, da série *Lendas Amazônicas* – de Waldemar Henrique. John Kennedy de Castro buscou aproximar as obras de Oswaldo de Souza e Waldemar Henrique no que concerne à busca dos compositores por inspirações regionalistas:

Ainda no Rio de Janeiro, Oswaldo de Souza atuou como professor de música e compositor, esta nova atividade o colocou em contato com muitos artistas da época [...] Foi neste período que ele teve oportunidade de conhecer o também músico e compositor Waldemar Henrique, vindo do Pará. Suas obras apresentavam grande afinidade musical, diferenciadas, no entanto pelas regiões geográficas a que cada um pertencia. Formava-se naquele momento uma sólida amizade. Tinham a mesma fonte de inspiração. Ao ouvir as peças de Oswaldo de Souza, Waldemar Henrique insistiu na necessidade de divulgação para o grande público, considerando a possibilidade de agradar e vencer. Dentre as características presentes nas obras de compositores que seguiram a estética nacionalista, como Oswaldo de Souza e Waldemar Henrique, especialmente canções de caráter regionalista, sobressaíam a elaboração musical segundo a influência do ensino musical tradicional do país e a constituição genética com fortes marcas de linguagens poético-musicais populares. Ligados à veiculação de aspectos folclóricos e a aspectos populares urbanos ou rurais, da floresta ou do sertão, e muitas vezes à poesia de forma simples e de temática sentimental, destacaram-se outros compositores como Babi de Oliveira (23 de novembro de 1908 – 16 de janeiro de 1993), Marcelo Tupinambá (29 de maio de 1889 - 04 de julho de 1953), Hekel Tavares (16 de junho de 1896 - 08 de agosto de 1969), Joubert de Carvalho (06 de março de 1900 - 20 de setembro de 1977), dentre outros (Castro 2017, 54-74).

Ângela Tereza Corrêa chama a atenção para a descrição de uma Belém urbana da década

de 1940, em que o trabalho feminino também foi musicalmente descrito em uma das composições de Gentil Puget:

Diversas “profissões” desenvolvidas nas ruas não eram exercidas somente por homens; as mulheres também participavam ativamente dessa economia “invisível”, atuando como tacacazeiras, doceiras e amassadeiras de açaí. A árdua luta pela sobrevivência levava homens e mulheres a criar alternativas para engrossar o parco orçamento doméstico. A canção intitulada “Tacacá”, do músico e compositor paraense Gentil Puget, remete à atividade tacacazeira, muito comum em Belém. Era exercida principalmente por mulheres negras, mulatas e caboclas pobres, que, pelas ruas, esquinas e mercados, ofereciam o tacacá aos apreciadores da iguaria. Uma das estrofes da canção diz: E a mulata que faz tacacá | Tem uma flor no cabelo | E patcholi | De chinela no pé | Vai para a rua | Com a panela de goma | E o tucupi (Corrêa 2010, 59).

Do ponto de vista da rítmica, a criação de Gentil Puget se vale do padrão que caracterizou boa parte do repertório da *Belle époque*, nos maxixes ou no tango brasileiro, e que Mario de Andrade denominaria “síncope característica” (Sandroni 2002, 102), reconhecendo nela certo símbolo de nacionalismo (Fig. 2). Já em *Assai: Asai-yukicé (Cena característica do Pará)*, Gentil Puget fez uso dessa síncope característica de maneira um tanto diversa, deslocando os tempos das semicolcheias entre os compassos e sobrepondo um acompanhamento que funciona como segunda voz em relação à melodia executada em oitavas (Fig. 3). Nos dois casos, contudo, fica evidente a busca pelo caráter nacionalista e popular nas composições. O padrão rítmico é recorrente ainda em *Uirapuru* e *Meu boi vai-se embora*, de Waldemar Henrique e em outras obras

selecionadas para a exposição da Biblioteca Nacional.

Ângela Corrêa assim caracterizou a obra de Gentil Puget e alguns de seus contemporâneos, que eram afins, do ponto de vista estilístico:

Os modernistas paraenses, nesse período, apelaram para a criação de uma arte que substituísse tudo que lembrasse a Europa, que “cantasse ruidosamente os nossos usos e costumes”. Não desejavam somente romper esteticamente com a Europa; procuravam também regionalizar os cenários e personagens, criando, assim, uma cultura regional capaz de legitimar o caráter artístico do paraense e do brasileiro. Não eram apenas os literatos que estavam preocupados em produzir uma arte regionalizada, os músicos também

participavam desse clima de renovação, e Gentil Puget foi um deles. Pianista, compositor de formação erudita e pesquisador do folclore, incorporou à sua produção intelectual e artística o popular e o regional amazônico (Corrêa 2010, 171).

Além das obras de Gentil Puget, a música urbana de caráter popular da década de 1940 também se fez notar na exposição Amazônia Brasileira por meio da versão para piano da marcha de carnaval Cidade Morena, de Maria de Nazareth Ferreira, que recebeu menção honrosa de 3º lugar no ano de 1942. Musicalmente, observava-se uma melodia em oitava, com eventual acompanhamento na mão direita do pianista e a marcação binária do padrão de marcha na mão esquerda, com breves passagens por graus conjuntos (Fig. 4).



Figura 2 – Compassos iniciais de *Tacacá*, de Gentil Puget (1941b, 2). Fonte: Acervo Vicente Salles, Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará.



Figura 3 – Compassos iniciais de *Assaí*, de Gentil Puget (1941a, 2). Fonte: Acervo Vicente Salles, Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará.

I Parte
 Cidade formosa,
 Que tens nas ruas, tão lindas mangueiras,
 Terra esplendorosa,
 De caboclinhas e moças faceiras,
 O teu sol é forte
 E tua brisa, suave e serena,
 És a beleza deste extremo Norte,
 Tu és Belem, a "CIDADE MORENA"

II Parte
 Sempre a mais bela cidade,
 Deste Brasil tropical,
 Tuas mangueiras, são a saudades
 Da minha terra natal.

Introd.

Coda

Figura 4 – Compassos iniciais de *Cidade Morena*, de Maria de Nazareth Ferreira ([1942], 2). Fonte: Acervo Vicente Salles, Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará.

Chega-se, finalmente, às obras modernistas de caráter erudito de Heitor Villa-Lobos, já reconhecido à época como um dos cânones no que tange à música brasileira. A inclusão de tais obras parece apenas reafirmar a política da ditadura militar para a região amazônica, uma vez que retratavam sonoramente a integração do regional – as temáticas amazônicas – ao cenário da “alta cultura” nacional. Na obra de Villa-Lobos, semelhantemente ao que se pensava para as populações originárias à época, o índio foi relido, estilizado, modernizado, e integrado, tanto ao nacional quanto ao internacional, uma vez que a exótica temática indígena despertava o “entusiasmo da intelligentsia francesa” desde fins do século XIX, a partir das Exposições Universais de Paris, conforme aponta de maneira preliminar o estudo de Gabriel Ferrão Moreira (2010), em seu trabalho sobre os *Três Poemas Indígenas* do compositor carioca. Do mesmo modo, os indígenas da Amazônia na década de 1960 não foram tratados na introdução do catálogo redigida por Artur Ferreira Reis ou mesmo na narrativa através dos itens selecionados para a exposição como sujeitos possuidores de uma cultura própria que demandava proteção, mas como seres que precisavam ser integrados ao cenário nacional por meio de uma política que se pretendia desenvolvimentista, atendendo certamente a interesses econômicos de muitos grupos.

Finalmente, retorna-se à noção de grandes memórias organizadoras, de Joël Candau (2011), que fundam, segundo este autor, identidades fortes. Sendo todo resgate memorial uma seleção, com os vestígios materiais de uma produção do passado – em alguns casos, mais distantes, em outros, da própria década de 1960 –, observa-se a

construção de uma narrativa de uma Amazônia regionalista, com exaltação das lendas locais, imagem esta que, embora correspondesse sim, a parte da realidade, não abrangia a mesma de maneira integral. Nesta seleção de memórias não houve espaço, por exemplo, para a música religiosa do entresséculos ou da primeira metade do século XX, fortemente orientada pelos parâmetros musicais da Restauração Musical Católica, aderindo, portanto, a uma estética mais universal do que regional. Ainda que alguns paradigmas romanos tenham sido negociados nas práticas musicais, por exemplo, no tocante à presença dos grupos instrumentais no interior dos templos, este movimento era muito semelhante – conforme se apreende em fontes recolhidas ao Acervo Vicente Salles – àquele observado nas demais regiões do país (Duarte 2016). Tampouco havia espaço para a música religiosa pós-conciliar, que passava a assimilar elementos da música urbana, então praticada pelos jovens de Belém:

No artigo de jornal – identificado somente como “FOLHA” – Missa em iê-iê-iê veio do Concílio, publicado em 3 de julho 1969 (in NOTÍCIAS CATÓLICAS, 1964, f.52v), o então arcebispo de Belém, dom Alberto Gaudêncio Ramos afirmou que “a música sacra até então adotada era muito europeia e não falava dos sentimentos dos diferentes povos, embora tivesse muitas preciosidades”. Este argumento foi utilizado pelo clérigo para explicar o fato de um ofício fúnebre na Igreja de Santana ter sido uma missa “rezada ao som de guitarras”. O uso da guitarra não aponta para as orientações estéticas da música de características autóctones, mas para a aproximação da música dos meios de comunicação, fenômeno que viria a ser observado, posteriormente, no estímulo à “música jovem”, na década de 1970 [...] (Duarte 2016, 141).

A dita música jovem, mais próxima do *rock* – ou *iê-iê-iê* –, que posteriormente culminaria com a canção de protesto na década de 1970 (Costa 2008) foi simplesmente ignorada na exposição *Amazônia Brasileira*, fosse pelo fato de não existirem partituras, fosse – mais possivelmente – por representarem uma imagem de possível insurgência contra o sistema político que não agradava às diretrizes de um governo nos anos de chumbo, ao qual não interessava ressaltar a pluralidade e a diversidade.

Considerações finais

Ao final deste trabalho, é possível afirmar que a *Amazônia Brasileira* tal como representada na exposição promovida pela Biblioteca Nacional de 1969 era, de fato, um território a ser integrado, ocupado e protegido, conforme as políticas adotadas pelos governos militares no Brasil. Nesta representação, bem como no regime ditatorial, de maneira mais ampla, a pluralidade era vista com desconfiança, de modo que os povos originários foram representados por Artur Ferreira Reis, na introdução do catálogo, como estando em situação de “decadência” quando da chegada do colonizador, o que dá a entender que o processo de colonização seria, em razão disto, menos ilegítimo. Semelhantemente, a seleção de obras expostas parecia dar mais ênfase ao índio na Amazônia como memória do que como presença efetiva. O desastroso resultado deste olhar lançado para as populações nativas foi descrito por Jader de Figueiredo Correia em seu relatório sobre os abusos cometidos – por ação ou conivência do poder estatal – em relação aos povos indígenas (Figueiredo 1967).

No tocante ao repertório musical, observa-se alguns momentos claros, tais como a música para piano do entresséculos, que representou um período de apogeu para as capitais amazônicas, em razão da economia gomífera. Desta Belle Époque foram selecionadas valsas de Clemente Ferreira Junior e José Domingues Brandão, bem como um hino de Henrique Eulálio Gurjão. De um período pouco posterior, é possível observar o que foi denominado por alguns autores como modernismo, nacionalismo ou regionalismo, em que elementos folclóricos e lendas amazônicas foram particularmente valorizados. Deste mesmo período são também composições sobre temáticas do cotidiano, tais como as obras de Gentil Puget aqui observadas. Finalmente, tem-se, paralelamente, a seleção de obras de Heitor Villa-Lobos, como símbolo último da integração de elementos amazônicos a uma linguagem urbana e cosmopolita, que fosse representativa do nacional, por excelência, mas também de todas as expectativas de progresso em termos de desenvolvimento de linguagem musical, a partir de cânones internacionais. A partir do cenário político da época, a obra de Villa-Lobos pode ser lida, portanto, como a realização de uma Amazônia definitivamente integrada.

Longe de ser simples justaposição, o repertório revela uma representação folclorizante e regionalista, com resquícios da *Belle Époque* local, mas também o olhar para o regional a partir da obra de Villa-Lobos, descartando outras manifestações musicais que puderam estar mais integradas ao cenário musical no passado, como foi o caso da música religiosa. Ademais, não se nota qualquer representatividade da música urbana que era então praticada nos centros urbanos, especialmente da chamada “música

jovem” (Costa 2008). Observa-se, em suma, a busca pela construção de uma narrativa coerente com o poder estabelecido, e que corroborasse com suas as políticas vigentes.

Em que pese a todas as diferenças observadas em um passado recente, se comparado às primeiras décadas do século XX – a inexistência de ameaças em uma Guerra Fria ou a ausência de grandes projetos de internacionalização –, tem sido observada a construção de uma narrativa baseada em memórias do próprio regime militar ou que conduziram a ele. À luz da experiência histórica e dos temerários resultados observados ao fim de vinte e um anos de um regime de exceção, o tempo presente demanda pensamento crítico e reação às correntes obscurantistas, às teorias conspiratórias sem fulcro na realidade e a valorização do conhecimento científico, nos mais diversos campos do saber, inclusive na Música e nas Artes, sobretudo no que diz respeito à Amazônia e à preservação da biodiversidade, hoje sob constantes ataques do poder constituído.

Referências

- AFP. 2019. “Sínodo sobre Amazônia, que preocupa Bolsonaro, será realizado em outubro”. *Exame*, 25 de fevereiro. Acesso: 20 abr. 2019.
<https://exame.abril.com.br/brasil/sinodo-sobre-amazonia-que-preocupa-bolsonaro-sera-realizado-em-outubro/>.
- “Amazônia Brasileira”. 1969. *O Jornal*, 3º Caderno, 10 de agosto, 7.
- Biblioteca Nacional. 1969. *Amazônia Brasileira: catálogo da exposição*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Divisão de Publicações e Divulgação.
- Brandão, José D. [s.d.]. *Saracura*. [s.l.]: [s.n.].
- Candau, Joël. 2011. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.
- Castro, John Kennedy Pereira de. 2017. “Oswaldo de Souza: uma abordagem semiológico-musical de suas canções à performance da canção brasileira de câmara”. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Canofre, Fernanda. 2019. “No Amapá, Bolsonaro defende explorar Amazônia e reserva mineral”. *Folha de São Paulo*, 12 de abril. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/04/no-amapa-bolsonaro-defende-explorar-amazonia-e-reserva-mineral.shtml>, Acessado em 20 abril 2019.
- Chartier, Roger. 2002. *A história cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difel, 2002.
- Chiaretti, Daniela. 2019. “Projeto põe em risco vegetação nativa de ‘três Bahias’”. *Valor Econômico*, 29 de abril. Disponível em <https://www.valor.com.br/brasil/6230383/projeto-poe-em-risco-vegetacao-nativa-de-tres-bahias>, Acessado 2 maio 2019.
- Cornetto, Giacomo. [s.d.]. *Dolce Rimpainto!...* Milano: Alessandro Nagas.
- Corrêa, Ângela Tereza de Oliveira. 2010. “História, cultura e música em Belém: décadas de 1920 a 1940”. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Costa, Tony Leão da. 2008. "Música do Norte: intelectuais, artistas populares, tradição e modernidade na formação da 'MPB' no Pará (anos 1960 e 1970)". Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará.

Deutsche Welle. 2019. "Bolsonaro quer explorar Amazônia com os Estados Unidos". *Deutsche Welle*, [9 de abril]. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-quer-explorar-amaz%C3%B4nia-com-os-estados-unidos/a-48257906>, Acessado em 19 mai 2019.

Di Cunto, Raphael, Carla Araújo e Carolina Freitas. 2019. "Novo chanceler diz que esquerda criou 'ideologia da mudança climática'". *Valor Econômico*, 15 de novembro. Disponível em <https://www.valor.com.br/politica/5985233/novo-chanceler-diz-que-esquerda-criou-%3Fideologia-da-mudanca-climatica>, Acessado em 2 janeiro 2019.

Diário de Notícias. 1969. 7 de novembro, 1-2.

Duarte, Fernando Lacerda Simões. 2014. "Do canto religioso popular à música autóctone: memórias, esquecimentos e o desenvolvimento de uma identidade musical local no catolicismo pós-conciliar". Em *Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música (SIMPOM)*, III, Anais: 784-794. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

_____. 2016. "Resgates e abandonos do passado na prática musical litúrgica católica no Brasil entre os pontificados de Pio X e Bento XVI (1903-2013)". Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Duffy, Eamon. 1998. *Santos e pecadores: história dos papas*. São Paulo: Cosac & Naify.

Dupas, Gilberto. 2012. *O mito do progresso ou progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP.

Fernandes, Natalia Aparecida Morato. 2013. "A política cultural à época da ditadura militar". *Contemporânea* 3 (1): 173-192.

Ferreira, Maria de Nazareth. [1942]. *Cidade Morena*. [s.l.]: [s.n.].

Frazão, Felipe, Gustavo Porto e Marco Antônio de Carvalho. 2019. "Bolsonaro propõe que proprietários rurais não sejam punidos por atirar contra invasores". *Estadão*, 30 de abril. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/bolsonaro-quer-votacao-de-projeto-no-congresso-sobre-armas-de-fogo-em-propriedades-rurais,70002809129>, Acessado em 2 maio 2019.

Freire, Vanda Lima Bellard e Erika Soares Augusto. 2014. "Sobre flores e canhões: canções de protesto em festivais de música popular". *Per musi* 29: 220-230. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-75992014000100022&script=sci_abstract&lng=pt, acessado em 10 dezembro 2018.

Garcia, Tânia da Costa. 2006. "Atahualpa Yupanqui e as representações do popular nos tempos de Perón". Em *Encontro Internacional da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC)*, III, Anais: 1-11. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Disponível em <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch>.

usp.br/files/tania_costa_garcia.pdf, acessado em 20 abril 2019.

Garcia, Tânia da Costa. 2013. Redefinindo a nação: canção popular e folclore: um estudo comparativo entre Chile, Argentina e Brasil no pós-segunda guerra mundial. In *Música e política: um olhar transdisciplinar*, organizado por Tânia da Costa Garcia e Lia Tomás, 1-25. São Paulo: Alameda.

Gomes, Paulo César. 2014. *Os bispos católicos e a ditadura militar: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record.

Gonzalez, Amelia. 2018. "Reações de ambientalistas à escolha do novo ministro cético do clima". *G1*, 16 de novembro. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/blog/amelia-gonzalez/post/2018/11/16/reacoes-de-ambientalistas-a-escolha-do-novo-ministro-cetico-do-clima.ghtml>, acessado em 2 fevereiro 2019.

Imprensa e Desmatamento na Amazônia: análise de mídia. 2013. Brasília: ANDI – Comunicação e Direitos.

"O que há para ver". 1969. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 3 de dezembro, 6.

Magalhães, Gildo. 2018. "Por uma dialética das controvérsias: o fim do modelo positivista na história das ciências". *Estudos Avançados* 32 (94): 345-361. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000300345, acessado em 2 fevereiro 2019.

Marin, Denise Chrispim. "Chanceler atribui aumento da temperatura da Terra a asfalto quente". *Veja*, 30 de maio. Disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/chanceler-atribui-aumento-da-temperatura-da-terra-a-asfalto-quente>, acessado em 2 fevereiro 2019.

Meirelles Filho, João Carlos de Souza. 2004. "É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas* 9 (1): 219-241. Disponível em [http://editora.museu-goeldi.br/bh/artigos/chv9n1_2014/possivel_filho\).pdf](http://editora.museu-goeldi.br/bh/artigos/chv9n1_2014/possivel_filho).pdf), acessado em 2 fevereiro 2019.

Moreira, Gabriel Ferrão. 2010. "O elemento indígena na obra de Heitor Villa-Lobos: uma pesquisa em finalização". Em *Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música (SIMPOM)*, I, Anais: 903-912. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

"Noticiário". 1900. *Diário Oficial* [Estado Federado do Amazonas], 19 de julho, 18905.

Nunes, Paulo Henrique Farias. 2009. "O Instituto Internacional da Hileia Amazônica: moinho combatido por um quixotesco Brasil". *Estudos jurídicos* 2 (1): 159-185.

O Jornal. 1969. 1º Caderno, 30 de agosto, 7.

Oliveto, Karla Aléssio. 2007. "Vicente Salles: trajetória pessoal e procedimentos de pesquisa em Música". Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.

Pollak, Michael. 1989. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos históricos* 2 (3): 3-15.

Prieto, Gustavo Francisco Teixeira. 2017. "A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira". *Mercator* 16: 1-14. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012017000100203&script=sci_abstract&lng=pt, acessado em 2 fevereiro 2019.

Puget, Gentil. 1941a. *Asai-yukicé. Cena característica do Pará*. S. Paulo: E. S. Mangione.

_____. 1941b. *Tacacá. Cena característica do Pará. Batuque*. S. Paulo: E. S. Mangione.

Figueiredo, Jader. 1967. *Relatório Figueiredo*. Arquivo digital em 30 volumes. UFMG: *Brasil Doc*. Disponível em <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/5-1-ministerio-do-interior-relatorio-figueiredo/>, acessado em 10 janeiro 2019.

Sandroni, Carlos. 2002. "O paradigma do tresillo". *Opus* 8: 102-113.

Schama, Simon. 1996. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sousa, Oswaldo de. [s.d.]. *Banho de cheiro*. Rio de Janeiro: Casa Arthur Napoleão.

Starling, Heloisa. 2015. "Ditadura militar e populações Indígenas". *Brasil Doc.: Arquivo Digital*. Disponível em <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/>, acessado em 10 janeiro 2019.

Trigueiro, André. 2019. "15 pontos para entender os rumos da desastrosa política ambiental no governo Bolsonaro". *G1: Natureza*, 3 de junho. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/06/03/15-pontos-para-entender-os-rumos-da-desastrosa-politica-ambiental-no-governo-bolsonaro.ghtml>, acessado em 2 fevereiro 2019.

Watts, Jonathan. 2019. "Deforestation of Brazilian Amazon surges to record high". *The Guardian*, 4 de junho. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2019/jun/04/deforestation-of-brazilian-amazon-surges-to-record-high-bolsonaro>, acessado em 2 fevereiro 2019.